

RESOLUÇÃO

Manifestação Nacional - 21 de Novembro de 2026

TODOS A LISBOA!

Mais salário e melhores pensões!
Pelo direito à Saúde, Habitação, Educação, Segurança Social

Contra o aumento do custo de vida!
Baixar e controlar os preços dos bens e serviços essenciais

Um novo rumo para Portugal

A situação dos trabalhadores, dos reformados, dos jovens, das famílias, continua profundamente marcada pelos baixos salários e pensões, pelos efeitos do **brutal e contínuo aumento do custo de vida** e pela **ausência de medidas de controlo dos preços dos bens e serviços essenciais**.

Trabalhar e empobrecer, não ter acesso aos mais básicos direitos fundamentais, nomeadamente a um salário digno, à segurança no emprego e a uma casa para viver, é inaceitável.

Ao mesmo tempo, os patrões aproveitam-se dos mecanismos gravosos da legislação laboral que permitem a proliferação de **horários selvagens, da precariedade e o ataque à contratação colectiva** para aumentar a exploração. A **desigualdade na distribuição da riqueza** é crescente e escandalosa, com os grupos económicos a acumularem **lucros colossais**, enquanto os trabalhadores **empobrecem a trabalhar.**

O **governo do PSD/CDS**, com o apoio, no fundamental, **do CH e IL**, elevam o patamar do ataque aos direitos fundamentais e promovem **o desinvestimento, as privatizações e** o **desmantelamento da Administração Pública, do SNS, da Escola Pública, o assalto à Segurança Social e negam o direito à habitação, subjugando-o à lógica do lucro e da especulação**. Por outro lado, desviam milhares de milhões de euros para a corrida aos armamentos e para a escalada da guerra, quando o que se exige é a promoção da paz e a solidariedade com todos os povos.

A proposta de **Orçamento do Estado para 2027** (OE) apresentada é mais um elemento da política de direita, de **destruição de direitos e de empobrecimento do país**. Um orçamento que, em detrimento do trabalho, está ao serviço do capital, reflecte **a opção política** do governo por **degradar os serviços públicos e as funções sociais do Estado**, por manter e agravar as condições que permitem **a acumulação de riqueza** por uma ínfima minoria e que **fomenta o negócio dos grupos privados e mercantiliza direitos sociais**.

Mas os trabalhadores não se resignam e avançam na luta pelos salários, pelos direitos e não aceitam o rumo que lhes querem impor!

Daqui **saudamos os trabalhadores dos vários sectores de actividade**, do público e do privado, que têm feito do mês de Novembro **um mês de intensa acção e luta pelos salários e os direitos.**

Saudamos de forma particular **os trabalhadores da Administração Pública** que fizeram uma **extraordinária greve** ontem, no dia 20 de Novembro, e que hoje se juntam à luta.

Hoje, saímos à rua para exigir um novo rumo para o país, uma vida digna para todos os que cá vivem e trabalham, por um trabalho seguro e com direitos, por um salário justo e uma pensão digna.

Saímos à rua pelos direitos fundamentais, nomeadamente, o direito à saúde, à habitação, à educação, à protecção social.

Saímos à rua para dar combate ao aumento do custo de vida, denunciando os lucros milionários dos grupos económicos conseguidos à custa da exploração do trabalho e das dificuldades das populações, e pela exigência de medidas urgentes que controlem os preços dos bens e serviços essenciais.

Saímos à rua conscientes da luta que temos de travar hoje, por todos os que vivem do seu trabalho, mas de olhos postos no futuro das novas gerações e do país, assumindo o compromisso de continuar a luta por um país de progresso, justiça social e uma mais justa distribuição da riqueza.

Daqui assumimos o compromisso de continuar a luta!

Nos locais de trabalho, pelos cadernos reivindicativos, pela contratação colectiva com direitos e de progresso, por **mais salário e a garantia de direitos**, elevando o patamar da luta reivindicativa!

E nas ruas, já no próximo dia **24 de Novembro**, às **10h30**, na **Concentração na Assembleia da República**, no dia da votação final do Orçamento do Estado, com a afirmação das reivindicações e propostas dos trabalhadores e a denuncia da política de desastre e empobrecimento que o OE preconiza, responsabilizando todos os que, por acção ou omissão, a permitam.

E daqui afirmamos: recorreremos **a todas as formas de luta** que a situação imponha, com vista à defesa dos direitos dos trabalhadores e à melhoria das condições de trabalho e de vida.

Não aceitamos retrocessos, exigimos um outro rumo e uma outra política, que respeite e cumpra o consagrado na **Constituição da República Portuguesa**!

É possível uma vida melhor!

Viva a luta dos trabalhadores!

Viva a CGTP-IN!